

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.376.833 - GO (2018/0260667-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : JOÃO BOSCO PERES**  
**ADVOGADO : JOÃO BOSCO PERES (EM CAUSA PRÓPRIA) - GO013451**  
**AGRAVADO : UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
**ADVOGADO : LUIZ OTAVIANO DE VASCONCELOS CAMPOS - GO033204**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 315, e-STJ):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CAUTELAR E AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. NEGATIVA DE COBERTURA. SEPTOPLASTIA POR VIDEOENDOSCOPIA. ATO ILÍCITO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

1.O plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de tratamento utilizado para a cura de cada uma delas. Precedentes STJ.

2.Se a Agência Nacional de Saúde constou no rol de procedimentos o tipo de tratamento, de forma genérica, ou seja, sem indicar a técnica a ser aplicada, é porque pode ser realizado por todas as previstas, tanto a convencional como por videoendoscopia, de acordo com o quadro clínico do paciente e a mais eficaz para o restabelecimento da saúde.

3. Verificadas situações jurídicas nas quais transparece a dissonância com o disposto nas regras consumeristas, colocando o consumidor/paciente em extrema desvantagem, mister o reconhecimento da nulidade destas cláusulas porquanto mostram-se nulas de pleno direito.

4.Meros dissabores, aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes quanto à negativa de realização do procedimento médico na forma requerida não geram o dever de indenizar, ainda que o ocorrido tenha causado ao atingido certa dose de amargura.

5.Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados as custas, despesas processuais e os honorários advocatícios, nos termos do artigo 85, §8º, do Código de Processo Civil.

Apelação cível conhecida e parcialmente provida. Sentença

reformada.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 357/364, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, alega o recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 1.022 do Código de Processo Civil; 6º, I e IV, 51, *caput*, I, IV, XV, § 1º, I, II e III, do Código de Defesa do Consumidor; 186 e 927 do Código Civil.

Sustenta, em suma, que tem direito a ser indenizado pelos danos morais sofridos em razão da recusa do plano de saúde em autorizar o procedimento pleiteado.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 426/432, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 434/435, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

Ressalto, inicialmente, que os embargos de declaração, ainda que opostos para prequestionamento, são cabíveis quando o provimento judicial embargado padece de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

A propósito, o julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas deve, ao emitir juízo - com base em seu livre convencimento - acerca das questões que considerar suficientes para fundamentar sua decisão, enfrentar motivadamente os argumentos das partes que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando a Corte local pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1226329/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/6/2018, DJe 29/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015. REJEIÇÃO.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.

2. Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado embargado, conforme exige o artigo 1.022 do Novo CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

3. "Não configura omissão o simples fato de o julgador não se manifestar sobre todos os argumentos levantados pela parte, uma vez que está obrigado apenas a resolver a questão que lhe foi submetida com base no seu livre convencimento (art. 131, CPC)." (EDcl nos EDclno Resp 637.836/DF, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJ22/5/06).

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 1232995/PI, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/6/2018, DJe 26/6/2018)

Assim, não tendo sido identificados vícios no acórdão embargado, não prosperam as alegações de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil.

No tocante ao pleito de reparação econômica por danos morais, é assente nesta Corte Superior que ao dever de indenizar impõe-se a presença dos requisitos exigidos para a responsabilização civil, nos termos em que estatuídos nos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Para a configuração do dano moral, há de existir uma consequência mais grave em virtude do ato que, em tese, tenha violado o direito da personalidade,

provocando dor, sofrimento, abalo psicológico ou humilhação consideráveis à pessoa, e não quaisquer dissabores da vida.

O Tribunal de origem assim se manifestou sobre a controvérsia (fls.322/326, e-STJ):

Quanto ao dano moral, em cuja reparação foi condenada a UNIMED, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), insta salientar que para que esta ocorra devem estar presentes os pressupostos elencados nos artigos 186 e 927, do Código Civil, a saber, a conduta ilícita, o dano e o nexo de causalidade, nos seguintes termos:

(...)

Portanto, para que a recorrente seja responsabilizada por seu ato, deve aquele que supostamente sofreu o dano psicológico ou físico demonstrar a ação ou omissão e o nexo de causalidade entre esta e aquele.

(...)

Pois bem, no caso em exame não há elementos suficientes para reconhecer que os fatos alegados na inicial, realmente configuram dano moral.

Isto porque os atos praticados em relação ao plano saúde não extrapolaram os limites da normalidade, sendo passível de ocorrer quando se tratar de interpretação de cláusula em confronto com rol disponibilizado pela ANS. Portanto, trata-se de vicissitude própria inservíveis a lastrear reparação moral.

Quanto ao alegado sofrimento exacerbado, como cediço, é dever do autor apresentar os fatos constitutivos do seu direito (art. 373, inc. I, do CPC), de modo que, se ausentes os elementos probatórios suficientes para aferir a responsabilidade da ré, importa em indeferimento do pleito, porque não se pode imputar à parte adversa o dever de indenizar, sem que fique demonstrado de forma convincente o nexo de causalidade entre o dano sofrido pela parte autora e a suposta conduta ilícita da ré.

Ademais, pelo fato do dano moral consistir em agressão à dignidade da pessoa humana, entendo que, para configurá-la, não basta qualquer contrariedade.

(...)

Com efeito, existe gritante distinção entre dano moral e mero dissabor. O dano moral indenizável, nos dizeres da jurisprudência consolidada, é aquele que decorre de profundos prejuízos e perturbações anímicas, caracterizados por verdadeira ofensa que

transcende a naturalidade dos fatos da vida. Os aborrecimentos ou percalços experimentados na vida cotidiana não podem ser alçados ao patamar de dano moral quando não demonstrada a efetiva violação da esfera de dignidade do indivíduo.

(...)

Dessa forma, verifico que as provas produzidas nos autos, são insuficientes para demonstrar que a reputação e a boa-fé do apelado foram abaladas pelo transtorno e desconforto sofridos, motivo pelo qual não há falar em indenização por dano moral, pois esta reparação não tem como objetivo amparar sensibilidades afloradas ou suscetibilidades exageradas. Ora, meros dissabores, aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes próprias da vida em sociedade não geram o dever de indenizar, ainda que o ocorrido tenha causado ao atingido certa dose de amargura, em razão da remarcação da data do procedimento médico.

Nesse contexto, forçoso concluir que a situação vivenciada pela parte autora/apelada constituiu contrariedade, o que está longe de revelar abalo moral, não ensejando o dever de indenizar.

(...)

A par dessas considerações, constatada a pouca densidade dos elementos probatórios coligidos aos autos, por conseguinte, sua insuficiência para demonstrar as alegações deduzidas na inicial que extrapolariam o mero aborrecimento, deve ser reformada a sentença para afastar a condenação pelo dano moral.

Entende-se que a situação de fato, para gerar danos morais, deveria ter repercutido no patrimônio imaterial da autora de forma reflexa, o que não ficou demonstrado, conforme delineado pelo acórdão recorrido, sendo que a falha na prestação dos serviços por parte da ré significou, segundo o que consta dos autos, nada mais do que meros aborrecimentos e dissabores. Tem-se que as ocorrências narradas não geram, por si sós, dano à moral.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

Por fim, cumpre registrar que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão

vejam os:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora